

A TRAJETÓRIA E PERSPECTIVAS DE UM ARQUEÓLOGO PARANAENSE

Igor Chmyz*

INTRODUÇÃO

Fui aluno da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Paraná, entre 1960 e 1963. Cursei Geografia e História, integrando a última turma que reunia os dois campos. Iniciei meus estudos em União da Vitória, minha cidade natal desde 1937. Lá freqüentei o Colégio Santa Terezinha, administrado pelas irmãs Carmelitas. Em Porto União, cidade vizinha delimitada pelos trilhos da Rede de Viação Paraná-Santa Catarina-RVPSC, freqüentei o Ginásio São José, dos franciscanos. Iniciei o curso científico em Curitiba, no Colégio Estadual do Paraná, concluindo-o no Colégio Estadual Túlio de França, em União da Vitória.

Nas cidades em que me desenvolvi e, principalmente, nos seus arredores, tive contatos com material arqueológico. Vi o transporte, pela RVPSC, de material retirado de sambaquis do litoral de Santa Catarina. A volumosa carga procedente de “cemitérios indígenas”, como explicavam, servia para o revestimento de ruas. Do leito do rio Iguaçu, em cuja margem fundou-se o Porto da União da Vitória (séc. XIX), derivado do entreposto de Nossa Senhora da Vitória (séc. XVIII), exploradores de areia retiravam pontas de flechas, atribuindo-as aos índios, antigos habitantes do local.

Dos meus avós maternos, desde tenra idade, ouvia relatos sobre índios que tentavam impedir a implantação dos trilhos em direção a Santa Catarina ou raptar crianças dos imigrantes instalados em colônias no seu território. Meu avô, como funcionário da RVPSC e encarregado da construção das estações, serrou flechas cravadas nos corpos de operários das frentes de trabalho, para que pudessem ser colocados nos caixões.

Foi nos morros que ladeiam as cidades, repletos de cavernas

* Diretor do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas e professor do Departamento de Antropologia/UFPR. E-mail: cepa@ufpr.br

e abrigos, porém, o meu contato direto com sítios arqueológicos. Em um deles, o abrigo-sob-rocha conhecido como Casa de Pedra, realizei uma coleta superficial de fragmentos cerâmicos.

Essas impressões e experiências levavam-me a procurar, em bibliotecas públicas e escolas, livros de arqueologia, antropologia e história. Tais obras, especialmente as relacionadas à arqueologia, eram escassas, mas serviram para a minha percepção de que esses assuntos envolviam métodos e técnicas de abordagem, que teriam de ser aprendidos.

Em 1958, ao participar de uma excursão realizada por meu tio no extremo oeste do Paraná, tomei conhecimento das ruínas de Ciudad Real del Guayrá. A visão que tive daqueles remanescentes em meio à densa mata das margens dos rios Paraná e Piquiri, foi decisiva para a minha carreira, mesmo inviabilizando e contrariando o projeto familiar.

INÍCIO DA TRAJETÓRIA

Ao regressar de Ciudad Real del Guayrá, procurei o Museu Paranaense para depositar uma telha colonial e fragmentos de recipientes cerâmicos que coletara. Recebeu-me o prof. Oldemar Blasi, que lá trabalhava juntamente com o arqueólogo norte-americano Wesley R. Hurt e outros; analisavam o material proveniente das escavações no Sambaqui do Macedo. Inteirei-me do curso em andamento, promovido pelo Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas da Universidade do Paraná e do planejamento, para o próximo ano, pelo mesmo Centro, de pesquisas nas ruínas de Villa Rica del Espíritu Santo, na margem do rio Ivaí. Acenou-me o prof. Blasi com a possibilidade da minha participação naquele projeto.

Pouco depois Blasi, Hurt e José Wilson Rauth estiveram em União da Vitória para visitar a Casa de Pedra.

Transferindo-me para Curitiba no ano seguinte, passei a freqüentar o Museu Paranaense, desenvolvendo voluntariamente algumas tarefas, como limpeza, marcação e restauração de peças e ilustrações para publicações.

Em setembro daquele ano, finalmente seguimos para a pesquisa em Villa Rica. Como o projeto era da responsabilidade do CEPa, do qual o prof. Blasi era secretário, a minha participação teve de ser autorizada pelo prof. José Loureiro Fernandes, seu diretor. Eu já tivera vários contatos com o prof. Loureiro no Museu Paranaense e no recém-fundado Departamento de Antropologia.

Viajamos com a caminhonete do Museu, junto com a equipe da

arqueóloga francesa Annette Laming-Emperaire, que seguiria até Cidade Gaúcha para continuar as escavações no sítio de José Vieira. Esse trabalho integrava outro curso de formação do CEPA.

Ficamos no povoado de Fênix, em casa alugada de Antônio Quinteiro, o vigilante da reserva histórica e florestal criada pela Lei estadual nº 33/48. Na época, uma estrada cortava a reserva e, o acesso ao povoado se dava por balsa no rio Ivaí.

As pesquisas estenderam-se por 30 dias e compreenderam levantamento topográfico das ruínas e escavações em pontos determinados daquele sítio, além de escavações no sítio de J. Lopes situado nas proximidades. Nos fins de semana, para reforçar os ensinamentos recebidos, trabalhei no sítio Riacho Pequeno, que havia encontrado nas proximidades da casa alugada.

Em 1960, ao iniciar o curso de Geografia e História, fui convidado pelo prof. Loureiro para permanecer no CEPA e no Departamento de Antropologia. Ajudei-o na montagem do Museu de Arqueologia e Artes Populares de Paranaguá e das exposições temporárias no Departamento. No CEPA, onde estavam Maria José Menezes e Margarida Davina Andreatta, comecei a desenvolver pesquisas. Voltei ao abrigo Casa de Pedra para escavá-lo, assim como vários sítios localizados nos arredores e em outras regiões do Paraná.

Retornei, também, a Ciudad Real, realizando escavações e iniciando o levantamento topográfico da sua malha urbana. A topografia não foi concluída porque, já existindo intrusão nas imediações do espaço medido, essa prática foi impedida por grileiros armados.

Participei de aulas dos cursos que o CEPA promoveu na primeira metade da década de 60, quando me beneficiei dos conhecimentos transmitidos por Luiz de Castro Faria, Fernando Altenfelder Silva, Peter Paul Hilbert, João José Bigarella, Annette Laming-Emperaire e Riad Salamuni entre outros. Começou o meu relacionamento com os demais alunos, que seriam responsáveis, nas décadas seguintes, por grande parte da produção arqueológica no Brasil.

Em 1962, ainda como aluno, fui efetivado na Universidade em função administrativa. Apesar disso, em 1964, já graduado, tornei-me instrutor voluntário, ministrando a disciplina Arqueologia Pré-histórica, anteriormente lecionada pelo prof. Loureiro. Inconformado com a situação reinante e tendo em vista o congelamento de concursos no âmbito das universidades, abri mão da estabilidade daquela função e assinei contrato em regime da CLT em 1968.

No ano de 1973 concluí meu curso de doutorado na Universidade de São Paulo, nas áreas de Antropologia e Arqueologia e, surgindo a oportunidade em 1977, prestei concurso público para

professor assistente, retornando à situação de estatutário, em 1987, já como professor adjunto IV.

O REGISTRO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO

Embora já instalado no CEPA participei, em 1960, de mais uma etapa de campo em Villa Rica del Espírito Santo, coordenada pelo prof. Blasi, quando foram concluídas, também, as escavações no sítio Tupiguarani de J. Lopes. Passei a contar, entretanto, com a ajuda financeira do Centro para realizar meus próprios trabalhos. Os recursos disponibilizados eram pequenos, mas possibilitavam o pagamento de passagens de ônibus e alimentação. Para o deslocamento dos pontos finais até a área da pesquisa, contava-se com a boa vontade de pessoas influentes, como o comandante do 5º Batalhão de Engenharia de Combate, em Porto União, que cedeu jipe com motorista em uma ocasião, e veículos fretados para levar e trazer ou, quando a distância não era muito grande, a bicicleta. Com a aquisição de um jipe Candango pelo prof. Loureiro, para atender as necessidades do Museu de Paranaguá, passei a utilizá-lo nas pesquisas. Era um veículo que transitava bem em estradas precárias, mas tinha pontas de eixos frágeis que quebravam nos piores lugares. Era preciso levar peças sobressalen-



Urna funerária do sítio PR-AN-1 (vale do Itararé), transportada para Curitiba no Jipe Candango (1965).

tes para que o reparo fosse mais rápido. Com o Candango cheguei, em 1963, ao lado das ruínas de Ciudad Real, local que, cinco anos antes, por não existirem estradas, teve de ser acessado de barco pelo rio Paraná.

Inicialmente, dediquei-me ao estudo da Casa de Pedra e ao contíguo vale do rio Vermelho. Para a escavação do abrigo, além do que aprendera, recebi orientação do arqueólogo José Maria Cruxent durante sua visita ao CEPA. No vale foram localizados e trabalhados vários sítios pré-cerâmicos, mais tarde filiados à tradição Umbu, além de cerâmicos e petróglifos.

Em 1962 acompanhei o prof. Loureiro em uma viagem ao Rio Grande do Sul. Fui por ele posto em contato com um grupo ligado a um centro de tradições gaúchas de Caxias do Sul que lhe haviam informando sobre sítios arqueológicos. Prospeccionei, então, uma habitação subterrânea e um abrigo-sob-rocha com restos de enterros indígenas.

O resultado dessa pesquisa foi divulgado no periódico *Runa*, dirigido pelo arqueólogo Osvaldo Menghin, na Argentina, de quem recebia publicações e comentários. Os das outras abordagens foram publicados em anais de encontros, periódicos de instituições científicas e de acadêmicos.

Deparei-me novamente com habitações subterrâneas em 1964, quando prospeccionei as margens do médio rio Iguaçu, nos municípios de Bituruna e Cruz Machado. Formavam concentrações e apresentavam dimensões variadas; nas proximidades de um deles, no topo de um morro, encontrava-se um cemitério indígena composto por montículos alongados cercados por um muro de terra.

Naquele ano, ainda, pesquisas feitas nos municípios de Cambará (PR) e Salto Grande (SP), resultaram no registro de sítios em seqüência, inclusive de alguns que estiveram submersos pelo reservatório da UHE Salto Grande, os quais, devido ao rebaixamento temporário do seu nível, ficaram expostos.

As prospecções que estavam sendo desenvolvidas objetivavam o estudo de áreas amplas para periodização das ocupações. Uma dessas periodizações, a relacionada ao vale do rio Vermelho, foi apresentada na reunião da Associação Brasileira de Antropologia, em São Paulo, em 1963, e publicada na Revista do Museu Paulista no mesmo ano.

Em 1961 o prof. Loureiro havia solicitado dados para a elaboração de um mapa do Paraná que, mostrando os sítios arqueológicos conhecidos até então, pudesse ser utilizado em uma exposição temporária do Departamento de Antropologia. O mapa chegou

a ser executado pelo cartógrafo Rodolfo Doubek, mas pouca coisa foi assinalada. Na faixa costeira figuravam sambaquis localizados pelo geólogo João José Bigarella em meados da década de 1940, porém poucos deles haviam recebido alguma intervenção: o Sambaqui de Matinhos, por Loureiro Fernandes em 1944, o Sambaqui do Araújo II, por Adam Orssich e colaboradores em 1952, os sambaquis do Corisco, da Ilha dos Ratos e do Guaraguaçu, por Joseph Emperaire e/ou Annette Laming e equipe entre 1956 e 1961, o Sambaqui do Macedo, por Wesley R. Hurt e colaboradores em 1958, e o Sambaqui de Saquarema, por José Wilson Rauth entre 1959 e 1960. Na porção do planalto foram marcados os pontos ocupados pelas ruínas espanholas do século XVI e reduções jesuíticas do século XVII, conforme o posicionamento estabelecido pela Lei estadual nº 33/48 nos vales dos rios Paraná, Paranapanema, Tibagi e Ivaí, os sítios estudados por Joseph Emperaire e/ou Annette Laming: Porto Moysés Lupion e Barracão, no sudoeste, Dionísio Cerqueira (na divisa de Santa Catarina), José Vieira e Gruta do Wóbeto, no vale do rio Ivaí, envolvendo ocupações pré-cerâmicas e cerâmicas; na região de Piraí do Sul, junto à Escarpa Devoniana, foram assinalados os abrigos com pinturas por eles descritos. Foram marcados, também, os sítios cerâmicos estudados por Herbert Baldus, em 1944, na região de Cambará, o sítio Estirão Comprido, no médio rio Ivaí, que começou a ser escavado por Loureiro Fernandes em 1951 e continuado por Fernando Altenfelder Silva e equipe em 1954, o sítio 3 Morrinhos trabalhado por Oldemar Blasi na margem do rio Paraná em 1959, além dos já citados J. Lopes e Riacho Pequeno, no médio rio Ivaí e os sítios do vale do rio Vermelho.

O registro da maioria dos sítios do planalto foi em consequência de informações de moradores locais, deles resultando estudos pontuais. As pesquisas feitas nos sambaquis, mesmo que houvesse o interesse pelo conhecimento do seu conteúdo, tinham por meta o ensino de técnicas de escavação. A utilização de sambaqui como sítio-escola começou com Orssich em 1952, e continuou com Emperaire, Laming e Hurt nos anos seguintes. Alguns sítios do planalto, como José Vieira e Gruta do Wóbeto, também serviram de base para cursos de formação.

O próprio Orssich, porém, considerando que escavações pontuais pouco contribuíram para o conhecimento da evolução cultural aconselhava, em correspondência encaminhada ao Instituto de Pesquisas da Faculdade de Filosofia em 1953, que a Universidade previsse estudos em áreas amplas e de longa duração. Annette Laming-Emperaire, em 1962, ao conduzir o Curso de Arqueologia Pré-histórica do CEPa, que enfocou pontualmente dois sambaquis, ao continuá-lo na Gruta do Wóbeto, estendeu as prospecções aos seus arredores

registrando vários sítios que lhe forneceram dados complementares para o entendimento daquela ocupação.

Os trabalhos por nós desenvolvidos em 1964 no vale do rio Paranapanema, já em ritmo de salvamento, serviram de base para o Curso de Ensino e Pesquisa em Sítios Cerâmicos, coordenado por Clifford Evans e Betty J. Meggers no mesmo ano. Adequavam-se, pelo fato de terem captado evidências de sítios registrados em área ampla, ao escopo do curso que era o da introdução do chamado Método Ford para o estabelecimento de seqüências culturais.

Os integrantes desse curso estruturaram um projeto que seria desenvolvido nos seus estados de origem, entre 1965 e 1970. Denominado Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (Pronapa), o projeto foi coordenado cientificamente por Evans e Meggers e tecnicamente por Mário F. Simões, do Museu Goeldi. Contou com o apoio financeiro do Smithsonian Institution e de bolsas concedidas pelo Conselho Nacional de Pesquisas, sendo homologado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

No Paraná, integrado ao Pronapa, trabalhei em trechos selecionados nos vales dos rios Paranapanema, Ivaí, Iguaçu e Paraná para prospecções extensivas. Delas resultaram o registro de centenas de sítios e a obtenção de amostras para o estabelecimento de seqüências culturais. Todas as evidências de ocupações pretéritas foram consideradas, abrangendo remanescentes pré-cerâmicos, cerâmicos, de contato e mais recentes.



Infra-estrutura de campo e equipe, no vale do Ivaí. Da esquerda: Vicente M. dos Santos, Igor e Lygia Chmyz (Pronapa, 1967).

Os recursos alocados à pesquisa no Paraná permitiram a aquisição de veículo tracionado, barco motorizado, equipamento para acampar e máquina fotográfica; permitiram, ainda, a manutenção da equipe em campo e a remuneração de trabalhadores locais. Bolsas para estágio de acadêmicos foram concedidas pelo CEPA.

Durante as já referidas prospecções no vale do rio Paranapanema em 1964, foi constatada a construção da barragem da UHE Xavantes, que afetaria principalmente o vale do rio Itararé. Os contatos mantidos com os promotores da obra, com vistas à implantação de salvamento, resultaram infrutíferos; não se sentiam seus responsáveis obrigados a financiá-lo para mitigar o impacto que causariam ao patrimônio arqueológico. Recusaram-se, inclusive, a fornecer cópias das detalhadas cartas geográficas da área. Tais atitudes estavam de acordo com a ótica dos “impulsionadores do desenvolvimento” daquela época, não só com relação à arqueologia e ao meio-ambiente, mas também com a população atingida que questionava o valor arbitrado para suas propriedades.

O fato foi levado ao conhecimento do Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (hoje Instituto), pois, desde 1964, o CEPA era o seu representante para assuntos de arqueologia no Paraná. Rodrigo M. F. de Andrade solicitou que um projeto fosse estruturado para o salvamento. Com os recursos liberados rapidamente pelo Ministério da Educação e Cultura, o projeto começou em 1965, mas, tornando-se insuficientes no final do segundo ano de execução, o CEPA teve de injetar os seus próprios para concluí-lo em 1968.

Embora usásse-mos o veículo do Pronapa para esse trabalho também, quase toda a pesquisa foi operacionalizada com barco a motor



Retorno ao acampamento, com o produto de um dia de prospecções nas margens do Paranapanema (Pronapa, 1965).

devido a precariedade das poucas estradas existentes. As freqüentes corredeiras e saltos representavam embaraços, superados à medida em que se aprendia a “ver” os “canais” ou transpô-los arrastando a embarcação; favoreciam, por outro lado, a localização de sítios, geralmente situados nas suas imediações.

Os mapas planialtimétricos, negados pelos empreendedores da hidrelétrica, seriam de grande valia na investigação, uma vez que os que tínhamos em mãos eram incorretos, datando da década anterior. Essa situação foi constante também nas áreas do Pronapa e de outros projetos não atrelados a hidrelétricas, desenvolvidos na década de 1970 e boa parte da seguinte.

Data de 1965, ainda, outra experiência ligada à área de salvamento. No médio rio Iguaçu, a Companhia Paranaense de Energia (Copel) construía a UHE Salto Grande e motoniveladoras haviam perturbado sítios. O apoio conseguido junto ao empreendedor, foi unicamente de ordem logística, permitindo que a equipe se instalasse no hotel da obra. No final da pesquisa, o engenheiro residente, Viriato Parigot de Souza constrangido, apresentou a conta da hospedagem. Foram esclarecedoras e produtivas, porém, as conversas com ele mantidas nos finais de tardes. Não concordando com o pensamento descompromissado da estatal com relação ao impacto causado pela obra ao ambiente e à arqueologia, sugeriu estratégias que poderiam vencer as barreiras. Os projetos de salvamento estruturados posteriormente passaram a conter dados etno-históricos das áreas ameaçadas, especialmente das populações indígenas, pois em poucas delas sítios arqueológicos eram conhecidos. A ausência do registro arqueológico na área era interpretada pelos empreendedores como a sua não existência. Tal lógica ficou explicitada em uma frase de um engenheiro de hidrelétrica: “-Salvar o quê, se na área afetada não se encontrou sítio. Você trabalha com bola de cristal?”. O procedimento adotado foi em parte o que seria determinado, em 1984, pela Resolução nº 001, do Conama.

Com a infra-estrutura criada para a execução do Pronapa e os recursos financeiros disponibilizados pela Universidade para pesquisa e pelo Iphan para fiscalização, apesar de parcimoniosos, o registro de sítios arqueológicos foi incrementado, revelando a diversidade dos seus componentes. No litoral, geralmente atendido para coibir ações vandálicas a sambaquis, com infratores encaminhados à Procuradoria da República e à Polícia Federal, outros tipos de sítios começaram a ser evidenciados, como os formados por caçadores-coletores não associados a sambaquis e ceramistas; atenção foi dispensada também aos assentamentos caboclos (neobrasileiros), alguns deles revelando fortes traços do substrato indígena.

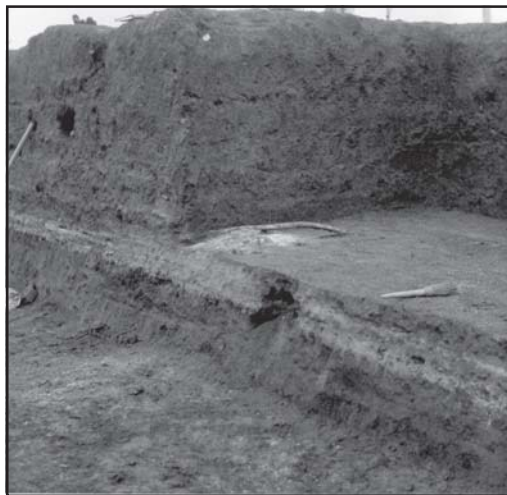
No planalto, várias áreas foram prospeccionadas em função de informações ou de fiscalização; compreenderam trechos das bacias dos rios Paraná, Iguaçu, Ivaí, Piquiri e Tibagi. Destacaram-se as pesquisas realizadas no Município de Bataiporã, no atual Estado do

Mato Grosso do Sul (1967) e nos municípios paranaenses de Campina da Lagoa e Uiratã (1970-1). Da primeira, abrangendo dois sítios Tupiguarani na margem do rio Samambaia, resultaram importantes dados sobre padrões de implantação e práticas funerárias diversificadas. O transporte do volumoso material e dezenas de urnas neles escavadas envolveu percursos de barco e exigiu grande esforço e estratégias improvisadas.

A segunda pesquisa transcorreu em um espaço que estava



Conjuntos funerários do sítio MS-IV-1, na margem do Samambaia (1967).



Cremação exposta no aterro do sítio PR-UB-4, no vale do Piquiri (1971).

sendo desmatado para o plantio, em larga escala, da soja. A paisagem dominante era a de terrenos cobertos por árvores abatidas e queimadas, alguns já sendo arados e, outros ainda com a floresta. Muitos sítios puderam ser registrados, inclusive parte de um caminho valado, que foi associado a um dos ramais do Peabiru. Um dos sítios que reunia habitações subterráneas, bases de habitações na superfície e aterros funerários, um deles de grandes dimensões e que forneceram dados sobre cremações, além de caminho valado, teve várias de suas estruturas escavadas. Quase todos os sítios estavam ligados à tradição Itararé.

No final da década de 1960, foram encerradas as atividades de campo do Pronapa, com pesquisas no alto rio Paraná e baixo rio Paranapanema, com ênfase na área da redução jesuítica de Nossa Senhora

de Loreto, fundada em 1610; no seu entorno foram localizados 26 sítios por ela influenciados, constituindo a fase Loreto.

Na década de 1970, as pesquisas continuaram enfocando trechos do Estado do Paraná em decorrência das atribuições delegadas pelo Iphan e somente às custas de suas dotações orçamentárias anuais. A reforma universitária, iniciada na segunda metade da década anterior, extinguiu o Instituto de Pesquisas e atingiu duramente o CEPA em 1972, quando da sua implantação na Universidade do Paraná. Como os departamentos passaram a representar a menor fração da estrutura universitária no ensino e na pesquisa, o CEPA perdeu uma de suas funções precípuas, a de formar arqueólogos. Enquanto as pesquisas prosseguiram, tentou-se filiar o CEPA aos órgãos suplementares da Universidade, mas tal intenção esbarrou no reconhecimento do Museu de Arqueologia de Paranaguá como seu órgão suplementar caracterizando-se, na interpretação de seus administradores, a duplicidade de funções. O prof. Loureiro, que havia se afastado da direção do CEPA em 1966, continuava administrando o Museu de Arqueologia de Paranaguá na época da reforma universitária e lutava para que ele não fosse prejudicado nessa transição. O CEPA ressurgiu em meados da década seguinte, como órgão auxiliar do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da UFPR, mas sem qualquer dotação orçamentária.

É nesse contexto que se inicia, em 1975, o Projeto Arqueológico Itaipu para o salvamento nos espaços brasileiros (PR e MS) que seriam afetados pelo gigantesco empreendimento hidrelétrico binacional. Concluído em 1983, esse projeto cadastrou centenas de sítios que possibilitaram a periodização arqueológica da área, desde 8000 antes do presente até a primeira metade do século XX. O acervo recolhido hoje está depositado no Ecomuseu de Itaipu, em Foz do Iguaçu, na sua reserva técnica e em exposição.

Por solicitação da Itaipu Binacional em 1974, quando se estruturava o projeto brasileiro, percorri as instituições de ensino superior em Assunção para elencar profissionais que poderiam tratar do assunto no lado paraguaio. Disso resultou a implantação de um projeto intitulado “Investigaciones Históricas, Socioculturales y Arqueológicas del Area de Itaipu”, desenvolvido por numerosos participantes. A arqueologia ficou sob a responsabilidade de Joana Barnaro de Díaz Ruig, ex-aluna do arqueólogo argentino Alberto Rex Gonzalez. No Brasil, ênfase foi dada para a arqueologia. Para o período histórico mais recente, pesquisado por meio da história oral e cartorial, foi criado um sub-projeto conduzido por Ruy Christovam Wachowicz. Não se conseguiu implantar um sub-projeto de antropologia, unicamente por desinteresse dos especialistas.



Escavação do sítio PR-FI-21, durante o Projeto Itaipu. Da esquerda: Celso Perota, João C. G. Chmyz, Eliane M. Sganzerla e Elve Lamb (1975).

Outras pesquisas de salvamento foram executadas no final da década: o Projeto Arqueológico Salto Santiago e o Projeto Arqueológico Foz do Areia, ambos enfocando o médio rio Iguaçu, aquele junto à UHE Salto Santiago, da Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A. - Eletrosul, e este à UHE Foz do Areia, da Companhia Paranaense de Energia - Copel.

O contrato que desencadearia o projeto da Copel, foi-me entregue pessoalmente pelo já citado engenheiro Parigot de Souza, talvez como uma deferência pelo ocorrido em 1965.

Entre os trabalhos da década, não vinculados a salvamentos, menciono três: o primeiro foi realizado no rio Tocantins, em 1975, nos arredores da cidade maranhense de Imperatriz, onde a Universidade do Paraná mantinha campus avançado e, vinculada ao Projeto Rondon, propiciava atividades de professores e alunos junto à comunidade local. Um sítio pré-cerâmico e vários cerâmicos foram registrados obtendo-se, para dois deles, datação por C-14.

Como a atuação do CEPA fora das fronteiras do Paraná estava prevista na portaria da sua criação, as pesquisas costumavam abranger estados limítrofes. Tentava-se, entretanto, quando no território vizinho havia arqueólogos, estabelecer vinculações. Durante a estruturação do salvamento no vale do rio Itararé, em 1964, o Instituto de Pré-histórica

da USP foi consultado para desenvolvê-lo na margem direita.

Anteriormente ao trabalho no Maranhão, o CEPA já havia atuado no Rio Grande do Sul (1962), em Santa Catarina, no vale do rio Uruguai, em 1965, juntamente com Walter F. Piazza da UFSC e no vale do rio Piracanjuba, em Goiás, em 1972, durante curso de aperfeiçoamento ministrado no Museu Antropológico da UFGO.

Em 1967, chegou a ser delineada uma prospecção que abrangeria a ilha de São Luís e os lagos da Baixada Maranhense a pedido de Rodrigo M. F. de Andrade, diretor do Iphan, mas não concretizada devido ao protesto do Museu Goeldi, seu representante para assuntos de arqueologia na Amazônia Legal.

O segundo trabalho destacado foi realizado em 1976, junto aos remanescentes do Sambaqui de Matinhos, cuja área já estava englobada pela malha urbana da cidade homônima. Os cortes efetuados por operários para receber os alicerces de uma habitação revelaram esqueletos humanos no solo arenoso, logo abaixo da camada residual de conchas. A escavação praticada no pequeno espaço disponível expôs enterro de adulto acompanhado de criança. Foi possível, também, datar o momento inicial da construção do sambaqui.

O terceiro, também em 1976, foi no Município paranaense de Altônia, ao lado do rio Paraná e da lagoa Xambrê. A mata nativa residual de uma pequena propriedade rural havia sido abatida e os moradores, ao abrirem covas para o plantio de pés de café, começaram a



Conjuntos funerários do sítio PR-XA-1, na lagoa Xambrê (1976).

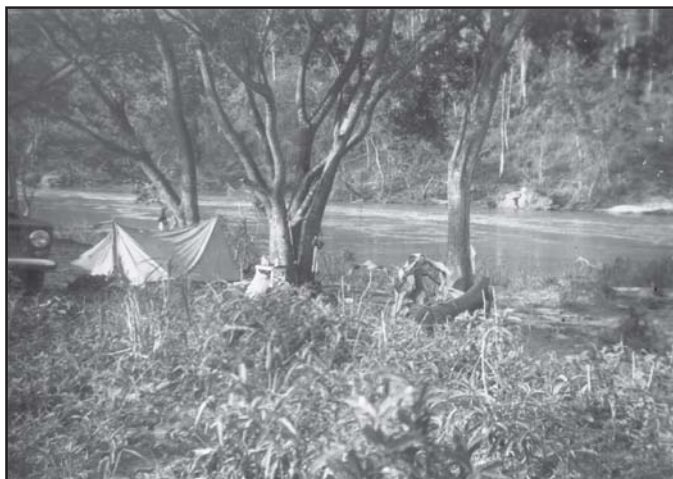
encontrar e desenterrar urnas funerárias. Durante a pesquisa foram escavados vários conjuntos funerários e topografadas 29 bases de habitações. Esse local voltou a ser abordado em 1982.

Com exceção da Rural Willys, o equipamento adquirido para o Pronapa continuou sendo utilizado nas pesquisas seguintes. Para o projeto de Itaipu foi comprada nova Rural e um trailer que dava mais conforto aos acampamentos compostos por barracas. Os acampamentos eram indispensáveis nas décadas de 60 e 70 porque as cidades ou povoados próximos dos locais de trabalho possuíam precária infraestrutura hoteleira. Era mais seguro e higiênico permanecer em acampamentos. A outra vantagem era a facilidade de mudança quando as distâncias tornavam-se demasiadas na área da pesquisa. É preciso que se frise, também que, naquela época, as estradas que servissem aos propósitos do trabalho eram poucas ou inexistentes. Grande parte dos espaços do projeto de salvamento no rio Itararé e do Pronapa foram prospeccionados com o uso de barco motorizado. Os acampamentos propiciavam, também, o que era muito importante, um contato mais intenso com a população local, que da natureza do trabalho se inteirava e colaborava espontaneamente. Entre os muitos episódios vivenciados, destaco um ocorrido com um lavrador da área de Itaipu que sacrificou um dia de sua atividade normal para participar das escavações e “sentir” como era a prática do arqueólogo.

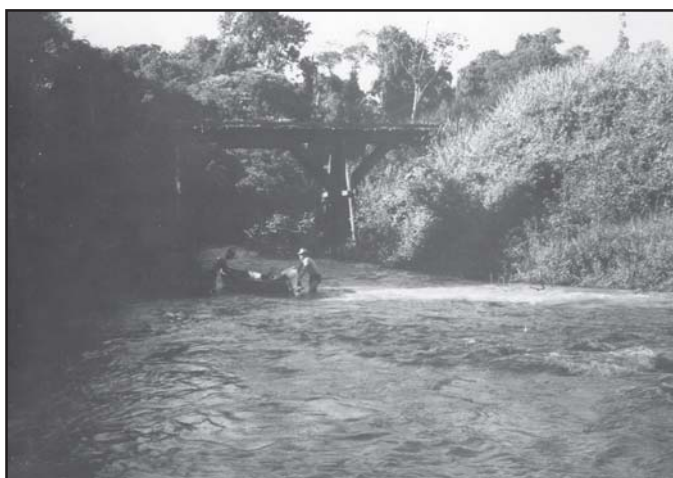
Os acampamentos deixaram de ser montados em meados da década seguinte, porque a infra-estrutura hoteleira das cidades havia evoluído e os locais da pesquisa podiam ser acessados rapidamente pelas estradas que melhoraram e se multiplicaram; nas hidrelétricas, a equipe passou a ocupar as excelentes instalações existentes nos canteiros de obras. Por outro lado, o uso de acampamentos foi se tornando inviável, também, devido ao acelerado desmatamento que atingia até as margens dos rios, sendo raros os pontos que ofereciam condições de acolhê-los. Os lugares anteriormente escolhidos sempre estavam na margem de rios ou riachos, nos quais se obtinha água para beber, cozinhar e banhar, mas, com o uso indiscriminado de pesticidas na monocultura de trigo, soja ou milho e a conseqüente poluição fluvial, até esse benefício deixou de existir.

Na década de 1980 foram encerrados os projetos de salvamento de Foz do Areia (1981) e Itaipu (1983) e desenvolvidos o Projeto Arqueológico Rosana-Taquaruçu - Fase I (1982-3), para a Companhia Energética de São Paulo - CESP, no médio rio Paranapanema, o Projeto Arqueológico Passaúna (1985-6), no alto rio Iguaçu e, em 1986, iniciada a segunda fase do Projeto Arqueológico Rosana-Taquaruçu - PART. Com exceção da Fase I do PART, os demais projetos foram de difícil

execução e com interrupções devido à burocracia e à falta de metas definidas dos empreendedores.



Acampamento na margem do Paranapanema, logo abaixo da foz do Itaré (Pronapa, 1965).



Transposição de corredeiras no rio Condor (vale do Ivaí), durante o Pronapa (1967).

A implantação do Projeto Passaúna no espaço de captação de águas para o abastecimento de Curitiba, por exemplo, tendo em vista a recusa de seus responsáveis em financiá-lo, dependeu de recursos injetados pela Eletrosul, que com ele nada tinha a ver. Isso foi possível

porque desde o início da década a Eletrosul estava instalando o canteiro de obras e começando a construção da barragem da UHE Ilha Grande no rio Paraná, no limite superior da área da UHE Itaipu. Esses impactos iniciais foram atendidos pela equipe do Projeto Itaipu. Os entendimentos para a estruturação do projeto de salvamento de Ilha Grande arrasaram-se até 1985, quando a sua proposta foi solicitada oficialmente. O impacto que a obra causaria às extensas e baixas áreas nas margens do rio exigiria a participação de várias equipes, que teriam de ser formadas. Para solucionar o problema a Eletrosul liberou recursos destinados à elaboração de um Termo de Referência da área da UHE Ilha Grande, tarefa que foi executada em conjunto com Gilson Rodolfo Martins e Everaldo Pinto Conceição, da UFMS, e para um curso de capacitação em arqueologia de salvamento. Este curso foi desenvolvido na área do Passaúna, em 1985. No ano seguinte, para a sua conclusão, conseguiu-se o apoio da Secretaria do Interior do Paraná. Este projeto proporcionou as primeiras datações radiométricas para ocupações pretéritas na Região Metropolitana de Curitiba.

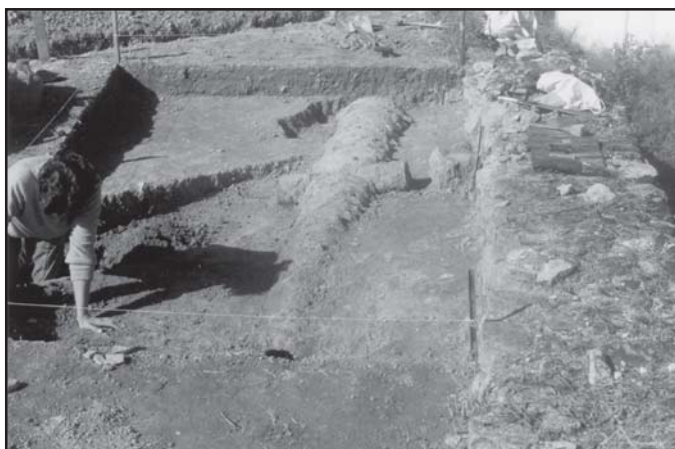
O Projeto de Ilha Grande nunca foi efetivado, apesar de criado em 1989 e já considerando a participação da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul na margem direita do rio Paraná. A construção da UHE Ilha Grande foi suspensa e, no seu lugar, surgiu o Parque Nacional de Ilha Grande. Se prosseguisse, o seu reservatório afetaria sítios como os estudados em 1967, no rio Samambaia, o da Lagoa Xambê, em 1976 e as ruínas de Ciudad Real del Guayrá.

No tocante a atividade de salvamento ainda, o CEPA orientou a estruturação do Projeto Arqueológico Xingó, na área da UHE Xingó, construída pela companhia Hidro-Elétrica do São Francisco (Chesf), participando da primeira etapa de campo em 1988. Esse assessoramento foi interrompido no mesmo ano, devido à paralisação da obra. Sônia Vitória, membro da equipe inicial do projeto em Sergipe, havia realizado estágios de campo e laboratório junto a pesquisas do CEPA.

Pesquisas menores também aconteceram na década de 80, para o atendimento pontual de ocorrências, como o resgate de urnas funerárias postas à venda pelo descobridor, no Município de Itambaracá (1982) e de urna e sítio impactados durante construção de um centro de lazer, no Município de Andirá (1986), ambos no vale do rio Paranapanema.

Com a destinação de terrenos limítrofes ao reservatório da UHE Itaipu para usos múltiplos, trechos nos estados do Paraná e Mato Grosso do Sul passaram a ser previamente prospeccionados a partir de 1986, delas resultando sítios registrados e resgatados. Em um deles, o situado na faixa residual do extinto Parque Nacional das Sete Quedas, em

Guáira, onde se implantaria um estaleiro, o volume de sítios encontrados foi tão expressivo que, a nosso pedido, a Itaipu Binacional invalidou a destinação original, reservando-o para preservação e pesquisa. Um dos sítios cerâmicos encontrados, constituído por cinco bases de habitações, começou a ser escavado em toda a sua extensão para que ali se reconstituísse, com dados arqueológicos e etno-históricos, uma aldeia. Este projeto, integrado ao Eco-Museu de Itaipu em Foz do Iguaçu, unidade daquela empresa que recebeu todo o acervo do salvamento realizado, seria destinado ao turismo cultural. Estendeu-se até o final da década, mas a reconstrução da aldeia não foi implantada devido às novas diretrizes de entidade.



Canhão exposto durante escavação na Fortaleza de Nossa Senhora dos Prazeres, Ilha do Mel. Na foto: Eliane M. Sganzerla (1990).

Escavações foram realizadas no terrapleno da Fortaleza de Nossa Senhora dos Prazeres, em Paranaguá, em 1985 e continuadas entre 1989-90, na parte interna. Encomendadas por Aresta Arquitetura e Restauro Ltda. e Instituto Saint-Hilaire, respectivamente, as pesquisas subsidiaram a restauração daquela edificação do século XVIII, a única do gênero no Paraná.

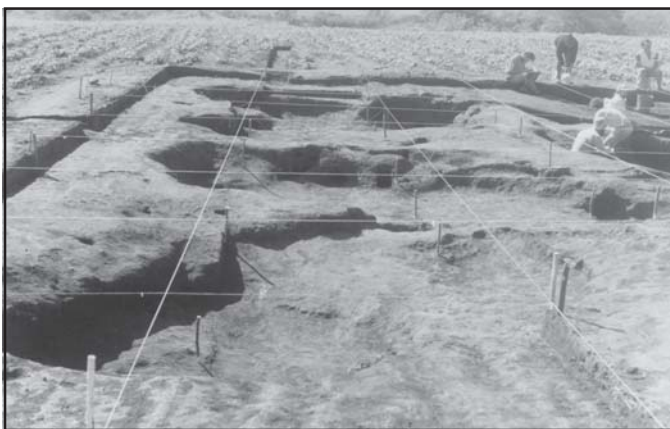
Em 1986-7, a pedido do Museu Paranaense, um projeto foi desenvolvido no espaço tradicionalmente apontado como sede da Vilinha do rio Atuba, o embrião de Curitiba. Os trabalhos realizados, porém, nada revelaram nesse sentido. O tema é polêmico, porque em 1964 havíamos encontrado nas proximidades, mas na margem do rio Bacacheri, indícios de um assentamento que poderia corresponder à Vilinha; na margem do Atuba, porém, a prefeitura municipal acabou

instalando o Parque Histórico de Curitiba.

Em 1988, com a criação da 10ª Coordenadoria do Iphan no Paraná, hoje Superintendência, o CEPA deixou de representá-lo nos assuntos de Arqueologia. Não havendo ato formal que desativasse a representação, nem comunicação verbal sobre o fato, algumas atividades ainda aconteceram nesse período de transição, como as desenvolvidas junto ao Sambaqui do Martiniano, situado na baía de Guaratuba. Esse sítio não havia sido registrado e estava sendo perturbado pela construção de um acesso à sede do late Clube em Tabaquara. Os contatos mantidos com o Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná motivaram a mudança do traçado do acesso, desviando-o do Sambaqui.

O CEPA, entretanto, como órgão de pesquisa, continuou colaborando com o Iphan, denunciando atos vandálicos cometidos contra o patrimônio arqueológico ou alertando-o sobre impactos negativos que poderiam advir de empreendimentos desenvolvimentistas ao mesmo patrimônio.

A década de 1990 foi caracterizada pela multiplicação de projetos de salvamento e monitoramentos e pelo início dos estudos de impacto ambiental, planos de manejo e laudos arqueológicos, estes ligados à demarcação de terras indígenas. O PART, ao ser concluído em 1992, reuniu dados referentes a dezenas de sítios das margens paranaenses atingidas pelas UHE's Rosana e Taquaruçu e das extensas escavações nas ruínas da Redução de Santo Inácio Mini; propiciou, também, a localização da Colônia Indígena de Santo Inácio do Paranapanema, fundada em 1862 pelo governo provincial do Paraná.



Habitações de índios escavadas na redução de Santo Inácio Mini (Projeto Rosana-Taquaruçu, 1990).

Esforços foram despendidos na ocasião para que a CESP adquirisse a porção da área das ruínas da redução não protegida pela Lei nº 33/48 e a doasse ao Estado. Tentou-se solucionar, ainda, os problemas de intrusão na área da redução de Nossa Senhora de Loreto. Os processos instaurados sobre os casos tramitaram lentamente nos órgãos governamentais até se extraviarem no final da década.

Os entendimentos mantidos com a CESP incluíam a criação, no espaço adjacente à Redução de Santo Inácio Mini, um museu convencional, exposição de estruturas habitacionais para visitação e edificações que acomodariam os acervos resultantes das pesquisas do rio Paranapanema. Para a estruturação do projeto de salvamento nas áreas paranaenses das UHE's Canoas I e Canoas II, também no rio Paranapanema, um contrato foi assinado com a CESP em 1992. Este instrumento previa, além daquele projeto, trabalhos nas hidrelétricas projetadas no rio Ribeira, na área a jusante da barragem da UHE Porto Primavera e monitoramento nos reservatórios das hidrelétricas implantadas anteriormente nos rios Paranapanema e Itararé. Conseguiu-se, nesse momento, toda a cartografia da UHE Xavantes, negada pelo empreendedor em 1964. As metas estabelecidas não puderam ser vencidas integralmente devido, outra vez, à falta de definição do empreendedor. Foi possível desenvolver o salvamento nas UHE's Canoas I e II, entre 1993 e 1996, dar um pequeno atendimento na área da projetada UHE Funil, no rio Ribeira e realizar algum monitoramento na área da UHE Rosana.



Escavação no sítio PR-BS-2 (vale do Ribeira), durante o Projeto UHE Tijuco Alto (1994).

No vale do rio Ribeira foram realizados, em 1994, prospecções nos canteiros de obras da projetada UHE Tijuco Alto, da Companhia Brasileira de Alumínio e, em 1995, as pesquisas de salvamento nos mesmos espaços.

Vários projetos de salvamento foram executados, também, na Região Metropolitana de Curitiba; compreenderam o Contorno Rodoviário Leste (1996), as montadoras de automóveis Renault (1996-7), Audi-Volkswagen (1997) e Chrysler (1997), o Loteamento Alphaville Graciosa (2000) e o Contorno Rodoviário Norte (2000).



Forno exposto no sítio MG-83 (vale do Araguari), por ocasião do Projeto UHE Miranda (1996).

Pesquisas de salvamento foram, ainda, realizados na Região do Triângulo Mineiro, para a Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig. O primeiro deles, desenvolvido em 1992 e 1993, compreendeu extensas áreas dos rios Araguari e Quebra Anzol que seriam afetadas pela UHE Nova Ponte. Dispondo-se de pouco tempo, tendo em vista o adiantado estágio de construção da barragem, o espaço foi compartilhado com a equipe de arqueologia da UFMG. O segundo projeto, executado entre 1995 e 1997, abrangeu as margens do rio Araguari impactadas pela UHE Miranda.

Os acervos resultantes foram analisados em Curitiba e, posteriormente, depositados na reserva técnica do museu criado na área da UHE Nova Ponte.

No tocante aos estudos de impacto ambiental, vários foram desenvolvidos na Amazônia; estavam ligados a projetos rodoviários (BR 116, em 1991, e EAP 070, em 1992, no Amapá), hidroviário (Ilha

do Marajó, em 1998, no Pará) e de reflorestamento (Felipe 2, em 1991, e Chamflora, em 1995, no Amapá). Outros enfocaram empreendimentos pretendidos no Paraná, como o da UHE Salto Caxias, no médio rio Iguaçu, em 1992. Em algumas das áreas acima citadas e que foram pesquisadas em ritmo de salvamento, houve abordagem inicial para fins de Eia-Rima.

Os estudos na Amazônia foram desencadeados por um incidente ocorrido durante a audiência pública do documento que fora produzido para a Rodovia BR 116. As referências arqueológicas apresentadas eram secundárias e haviam sido compiladas por engenheiro florestal, um procedimento comum nos anos que se seguiram à promulgação da Resolução nº 001/86 do Conama. Não foi citado um sítio arqueológico conhecido por morador da área da rodovia traçada e que seria por ela afetado. A parte de arqueologia teve de ser complementada, desta vez por arqueólogos.



Retirada de urna funerária durante a realização do plano de manejo do Parque Nacional do Iguaçu (1998).

Em 1999 Furnas Centrais Elétricas S.A. encomendou um projeto para constatação de patrimônio arqueológico ao longo da linha de transmissão de energia que estava implantando entre Ivaiporã (PR) e Itaberá (SP). As prospecções estenderam-se por 272km, durante três meses.

No ano de 2000, aproveitando-se o rebaixamento do reservatório da UHE Itaipu, devido a um longo período de estiagem, realizou-se novo monitoramento na margem exposta. Como o fenômeno climático afetou também a Região Metropolitana de Curitiba, monitoramentos foram realizados na área do reservatório da UHE

Capivari-Cachoeira e do reservatório do Voçoroca, espaços que não haviam sido pesquisados na época das construções. Os resultados dessas observações, somados aos das abordagens feitas em 1964 na UHE Salto Grande, em 1988 na UHE Itaipu e em 1988 e 1990 na UHE Rosana, compreendendo o patrimônio arqueológico submerso durante 2 a 51 anos, geraram o artigo “Monitoramento, uma abordagem complementar ao salvamento arqueológico”, que foi apresentado na 11ª Reunião Científica da Sociedade Brasileira de Arqueologia, no Rio de Janeiro, em 2001 e divulgada em CD Rom do conclave; o mesmo artigo foi republicado em *Arqueologia*, v. 8, 2004. Coincidentemente, em 2003, o Iphan baixou a Portaria nº 28, tornando obrigatório o monitoramento arqueológico nos reservatórios, especialmente naqueles em que levantamentos prévios não haviam sido realizados.

Os trabalhos de salvamento junto ao Contorno Rodoviário Norte de Curitiba, começados no final da década anterior, tiveram continuidade no início desta em espaços limítrofes; foi um acréscimo, em compensação pelos danos causados a sítios pela obra, pois, no estudo de impacto ambiental, produzido por técnico não especializado em arqueologia, atestou-se que eles não existiam.

Em consequência dos dados levantados na linha de transmissão de Furnas, um projeto de salvamento foi estruturado e desenvolvido entre 2001 e 2006.

Salvamentos foram praticados, também, ao longo de rodovias já existentes, algumas pedagiadas, que necessitavam duplicações ou melhorias, como a BR 376 e PR 151, administrados por Rodonorte S.A., em 2001-2 e o Eixo Metropolitano de Curitiba, em construção na antiga BR 116 pela Prefeitura Municipal de Curitiba, em 2003-4 e 2006. Nestas abordagens, o salvamento foi praticado simultaneamente à constatação das evidências arqueológicas.

No espaço da Usina Alto Alegre de Açúcar e Alcool, situado no noroeste do Paraná, o salvamento foi realizado em 2006, imediatamente após a localização dos sítios.

Dois lotes urbanos do Setor Histórico de Curitiba receberam intervenção arqueológica antes de serem impactados por obras. No primeiro deles, escavado em 2003, a Cúria Metropolitana construiu o Cenáculo dos Adoradores, anexo à Igreja da Ordem; no segundo, trabalhado em 2005, a Secretaria de Cultura do Paraná edificou o Centro Juvenil de Artes Plásticas.

Essas intervenções representaram uma conquista conseguida depois de campanha de conscientização desenvolvida junto a órgãos governamentais, às vezes de forma agressiva, com denúncias veiculadas pela mídia e solicitação de embargo de obras ao Iphan.



Escavação de terreno na rua Mateus Leme, em Curitiba (2005).

Esse movimento começou a frutificar em 1998, quando o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – Ippuc – solicitou um estudo sobre critérios gerais e metodologia para avaliação da significância e do potencial arqueológico do município. O estudo, na forma de uma proposta de zoneamento arqueológico foi concluído no ano seguinte (publicado em *Arqueologia*, v. 8, 2004).



Monitoramento arqueológico na Av. Cândido de Abreu, em Curitiba. Na foto: Roseli S. Ceccon, Daniel Maoski (estagiário) e operários da obra (2002).

As valas que estavam sendo abertas no Setor Histórico para instalação de cabos de fibra óptica foram monitoradas por iniciativa do CEPA, em 2000, com a constatação de material arqueológico em vários pontos, e exigindo, em um deles, o embargo da obra para escavações. Em 2002, depois de embargo também, obras da Sanepar, Copel e Telepar, que impactavam ruas e calçadas do Setor Histórico e adjacências, foram monitoradas.

Nos caminhos coloniais do Itupava e Graciosa, entre o planalto curitibano e o litoral, foram desenvolvidas pesquisas que resultaram em planos de manejo, aquele para a Secretaria de Meio Ambiente do Paraná e este para a Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Paraná.

Aos moldes da constatação de patrimônio arqueológico efetuado na linha de transmissão de Furnas na década passada, prospecções foram realizadas ao longo da linha de transmissão Jauru-Coxipó, no Mato Grosso, em 2002-3, para Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – Eletronorte.

Um estudo de impacto ambiental foi conduzido no Maranhão, em 2001, na área do Centro de Lançamento de Alcântara. A nova tentativa da Companhia Brasileira de Alumínio para a construção da UHE Tijuco Alto no vale do rio Ribeira, levou à produção do segundo Eia-Rima, com prospecções arqueológicas em 2005.

Em São Mateus do Sul, município paranaense situado no médio rio Iguaçu, estudos de impacto ambiental foram conduzidos em 2005, na área de mineração de xisto da Petrobras. Dele resultou um projeto de salvamento que será desenvolvido em 2007.

BALANÇO DA TRAJETÓRIA

A última atividade programada em comemoração do cinquentenário do CEPA/UFPR, consistiu na produção de um mapa do Estado do Paraná e porções limítrofes dos estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina, com a localização dos sítios cadastrados e pesquisados durante a sua existência; incluiu, também, os sítios estudados anteriormente, desde a fundação do Instituto de Pesquisas na Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, em 1951, e o surgimento do CEPA, em 1956. Incluiu, ainda, os sambaquis registrados por João José Bigarella na década de 1940, nos quais ocorreram abordagens pelo CEPA.

Os sítios foram indicados conforme o sistema binomial criado durante o Pronapa, que continua sendo utilizado pela Casa. Em algumas das 53 áreas estabelecidas para o cadastro no Paraná, os sítios são

numerosos e relacionam-se aos projetos de salvamento executados; em outras, os sítios representados são poucos o que pode dar a impressão de sua rarefação, mas apenas refletem a carência de pesquisa. No Paraná estão assinalados 1.238 sítios e, nas faixas fronteiriças de São Paulo, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina, 105, 5 e 3, respectivamente. É preciso que se esclareça, entretanto, que os totais mencionados referem-se a sítios cadastrados formalmente. Não figuram no mapa os chamados indícios, que correspondem a sítios danificados, com baixo potencial informativo. Deles se têm anotações e coletas, servindo como referências para os estudos.

O registro desse patrimônio, realizado de forma pontual e atrelado às necessidades de cursos de formação a princípio, como já foi dito, tornou-se mais expressivo a partir da década de 1960, com as abordagens de salvamento e a constituição de equipes. Sucedendo as pesquisas pioneiras e solitárias de Loureiro Fernandes, a primeira equipe que se formou com professores locais foi a que acompanhou as escavações de Adam e Elfriede Orssich, em 1952. Dela, somente Oldemar Blasi continuou realizando trabalhos arqueológicos; os demais dedicaram-se a outros campos da antropologia. Entre os participantes dos cursos coordenados por Joseph Emperaire e Annette Laming, Wesley R. Hurt, Luiz de Castro Faria, Peter Paul Hilbert, Fernando Altenfelder Silva, Oldemar Blasi, Clifford Evans e Betty Meggers, prosseguiram atuando no Paraná Margarida Davina Andreatta, Maria José Menezes, José Wilson Rauth e Igor Chmyz. Também beneficiados pelos cursos foram os numerosos alunos oriundos de outros estados que, ao regressarem, além de darem prosseguimento às suas pesquisas, gradativamente criaram equipes.

No meu caso, nas pesquisas que realizava nos primeiros anos da década de 60, não contava com equipe; esta, às vezes, se formava no local de trabalho, quando a ele se associavam professores, alunos ou moradores que valorizavam a arqueologia de seus rincões. Na maioria das vezes, porém, a pesquisa só não era desenvolvida solitariamente porque contava com a colaboração da minha mulher Lygia e do meu filho João Carlos. Este, mais tarde, graduou-se em Geografia e prosseguiu na arqueologia.

A possibilidade da formação de equipe surgiu em 1964, quando assumi função didática na Universidade. Alunos das disciplinas de antropologia e arqueologia interessados passaram a desenvolver atividades de laboratório e campo, iniciando o seu aprendizado. Celso Perota foi um deles, embora, alguns anos depois, filiando-se ao Pronapa, tenha se dedicado à arqueologia do Espírito Santo.

Entre a segunda metade da década de 60 e os primeiros anos

da seguinte, acadêmicos de História e Geografia tiveram a oportunidade de participar de etapas de campo e laboratório do Pronapa e de outros projetos, beneficiando-se de bolsas disponibilizadas ao CEPA pelo Instituto de Pesquisas. Além de Perota, foram bolsistas dessa fase: Vicente Messias dos Santos, Helena Isabel Müller, Maria Lúcia Fleury da Rocha, Kátia Giordano, Gilda Burkinski, Ariete Alice Schmitt, Neusa Maria Cavalcanti de Albuquerque e Zulmara Clara Sauner (Posse). Vicente Messias, acadêmico de Geografia, foi quem me auxiliou na definição das áreas paranaenses, sul-matogrossenses e limítrofes de São Paulo e Santa Catarina para o cadastro de sítios; Zulmara, posteriormente, assumiu função didática na Universidade do Paraná e realizou cursos de mestrado e doutorado em arqueologia. Os demais, dedicaram-se ao magistério no Paraná e em outros estados brasileiros.

Com a consolidação dos projetos de salvamento, que nos seus orçamentos previam bolsas para pesquisadores e estagiários, abriram-se novas oportunidades para a capacitação de graduados e o aprendizado de acadêmicos. A isso se somavam, também, pequenas quotas de bolsas de iniciação e aperfeiçoamento que eram concedidas ao CEPA pelo CNPq. Estas, a partir da década de 90, passaram a integrar o fundo de bolsas da Universidade e, diante dos critérios de prioridades por ela estabelecidos, deixaram de ser solicitadas por interessados em arqueologia. Nessa fase, foram bolsistas: Eliane Maria Romanowski (Sganzerla), Elve Lamb, Miguel Antonio Leoni Gaissler, José Corrêa Porto de Abreu Neto, Vera Regina Biscaia Vianna Baptista, Ivonete da Silva Souza, Elizabeth Dobis, Alcindo R. Moritz Jr., Marina Ribeiro dos Santos, Sônia Giovanetti Fonseca, Antônio César Albuquerque Gerum, José Henrique Godoy Ciguel, Marco Antonio Vidal Nery, Jonas Elias Volcov, Eloi Bora, Ubirajara Salles, Rômulo Antônio Fontoura, Julio Cezar Telles Thomaz, Pedro Rosário Neto, Johnni Langer, Vinicius Bazan Marcondes, Erivan C. Karvat, Anibal Costa de Sousa, Silvana A. de Carvalho, Laércio Loiola Brochier, Luiz Fernando Erig Lima, Rucirene Miguel, Antonio Carlos M. Cavalheiro, Alfredo Cardeal Filho, Aldo Koelher, Osvaldo Dobis, André Essfelder Borges, Luciano Monti Paz, Roseli Santos Ceccon, Beatriz Brito de F. Bandeira, Eduardo Cordeiro Uhlmann, Alan Thomas Tadeski Kato, Daniel Maoski, Leandro Cezar Martins e Jacquelin Rodriguez Tellez.

Não foi difícil lembrar esses nomes; recorri apenas às publicações ou relatórios onde estão creditados.

Quatro desses estagiários permaneceram, participando de todas as atividades do CEPA como pesquisadores associados: Eliane Maria Sganzerla, que começou o seu aprendizado durante o Projeto Arqueológico Itaipu, em 1975, Jonas Elias Volcov, que iniciou a sua

trajetória como aluno do Curso do Rio Passaúna, em 1984, Eloi Bora, que se integrou à equipe do Projeto Arqueológico Rosana-Taquaruçu, em 1988 e Roseli Santos Ceccon, que acompanhou os trabalhos de monitoramento na área do reservatório da UHE Itaipu, em 2000.

Outros, orientei, também, os estágios específicos de campo e/ou laboratório de Sílvia Maranca, João Alfredo Rohr, Pedro Ignácio Schmitz, Solange Bezerra Caldarelli, Walter Alves Neves, Alcides Cardoso de Oliveria, Sônia Maria Vitória e Mercedes Okumura.

Algumas modalidades de bolsas e novas disciplinas de arqueologia criadas na Universidade, ainda, estão viabilizando a participação de alunos nas práticas de campo e laboratório, principalmente junto às pesquisas realizadas na Região Metropolitana de Curitiba, de fácil acesso.

Poucos acadêmicos com quem compartilhei semestres ou anos de atividades, porém, conseguiram se dedicar à arqueologia, especialmente aqueles que comigo estagiaram antes do surgimento da Resolução nº 001/86 do Conama. Para eles só havia a possibilidade de acesso em universidades e museus nos quais houvesse uma demanda para tal.¹ Na própria Universidade do Paraná, que no início chegou a ter quatro arqueólogos, hoje só há um. A implantação da pós-graduação no seu Departamento de Antropologia, com ênfase na Antropologia Social, deixou pouco campo para a arqueologia. Nesse contexto, só me coube orientar Alberto Sánchez Paredes, professor da PUC-PR, que, em 1982, participando do Projeto Arqueológico Itaipu, produziu a monografia sobre arqueologia de salvamento, no Curso de Especialização, e o mestrado de Cláudia Inês Parellada, do Museu Paranaense, em 1997. Cláudia trabalhou com os dados que reuniu em suas pesquisas na Villa Rica del Espíritu Santo, inclusive com os que levantamos juntamente com o prof. Blasi, no mesmo local, em 1959 e 1960.

No Setor de Ciências Jurídicas da Universidade, fui co-orientador do mestrado de André Viana da Cruz, que dissertou sobre a proteção jurídica aos bens arqueológicos com identidade indígena.

¹ A Resolução do Conama foi o ato normativo que, prevendo abordagem arqueológica nos estudos de impacto ambiental vinculados a empreendimentos desenvolvimentistas, abriu o campo para o trabalho do arqueólogo autônomo.

Tendo em vista a resolução baixada e, objetivando a criação de uma infraestrutura que possibilitasse o desempenho de arqueólogos autônomos fundei, em princípios de 1988, juntamente com Eliane Maria Sganzerla e João Carlos Gomes Chmyz, a empresa Arqueologia e Etno-História Consultoria S.C. Ltda. A constituição de uma fundação, com os mesmos propósitos, foi pensada anteriormente. A empresa de consultoria teve curta duração porque ao CEPA dedicávamos mais os nossos esforços.

Nesse sentido, minha atuação mais constante tem sido junto a bancas de exame em outras universidades, nas quais antigos estagiários e outros arqueólogos obtiveram grau de mestre ou doutor.

As pesquisas realizadas em todos esses anos reuniram dados de ocupações pretéritas e um volumoso acervo. Na década de 50 e começo da de 60, como se mencionou acima, as práticas laboratoriais e o armazenamento das coleções aconteciam no Museu Paranaense, entidade mantida muito próxima da Universidade pelo prof. Loureiro. Com a restauração do antigo Colégio dos jesuítas de Paranaguá e a implantação do Museu de Arqueologia e Artes Populares, as coleções resultantes dos cursos do CEPA, principalmente as oriundas de sambaquis, lá foram depositadas também nos gigantescos armários de madeira dispostos nos corredores e salas não integrantes do circuito museológico.

No CEPA, instalado em uma sala no 6º andar do Ed. D. Pedro I, não havia, entre 1958 e 1968, espaço para uma reserva técnica. Ali, além da administração, eram mantidos os arquivos e a biblioteca



Conjuntos funerários restaurados e expostos no corredor do CEPA, antes de sua transferência para o MAAP (Foto: Osamu Sato, 1971).

especializada; em um grande armário com gavetas de aço estavam acondicionadas peças arqueológicas para fins didáticos, inclusive originais do Paleolítico europeu. Na mesma sala, porém, logo começaram os trabalhos de restauração de urnas e análises de coleções líticas e cerâmicas procedentes das pesquisas nos vales dos rios Iguaçu, Paranapanema e Itararé. Um pequeno sanitário masculino, situado do lado do CEPA, foi “desapropriado” para acomodar as coleções que seriam marcadas e analisadas, depois da sua higienização na minha casa.

Em consequência das pesquisas feitas no Mato Grosso (do Sul), em 1967, das quais resultou volumoso acervo, inclusive urnas funerárias, a direção da Faculdade de Filosofia



Outras urnas funerárias restauradas e expostas no corredor do CEPA, antes da reforma e ampliação espacial (2005).

obrigou-se a liberar, para o CEPA, instalações ociosas que existiam na cobertura do prédio desde a sua inauguração em 1958. Nos 133m² então disponibilizados, as coleções puderam ser armazenadas com controle topográfico e as análises transcorriam em várias salas. As urnas do Mato Grosso do Sul e de outros pontos do Paraná e São Paulo, restauradas, foram dispostas para visitação, ao longo do extenso corredor interno.

As novas salas do CEPA foram sendo preenchidas com os acervos reunidos nos últimos anos do Pronapa e por outros projetos. A

crise espacial enfrentada adiante, entretanto, não foi em função dessa saturação, mas   instabilidade do CEPA em face à reforma universitária, que ocasionou o seu desalojamento arbitrário em 1975 e, a transferência do acervo arqueológico para o Museu de Paranaguá, que passou a gerenciá-lo.

Como o Projeto Arqueológico Itaipu estivesse em andamento, uma sala da administração do Setor foi destinada emergencialmente para o manuseio das suas coleções; logo depois, duas salas amplas do 8  andar foram cedidas para aquele projeto e outros implantados nas áreas das UHE's Salto Santiago e Foz do Areia. O espaço da cobertura do prédio foi reconquistado em 1985.

Espaço adicional para laboratório e reserva técnica foi criado por João Carlos Gomes Chmyz no Centro Politecnico UFPR, na primeira metade da década de 90, quando desenvolveu, para a Copel, projeto de salvamento na área da UHE Salto Segredo. Para ele foram transferidas, também, as coleções procedentes das áreas das UHE's Rosana e Taquaruç .

As possibilidades de acomodação de novos acervos estavam

esgotadas em 1999, porém, ao serem iniciados os trabalhos de constatação na Linha de Transmissão entre Ivaiporã (PR) e Itaberá (SP), para Furnas Centrais Elétricas S.A. Ao se estruturar o seu projeto de salvamento previu-se, no seu orçamento, a ampliação dos laboratórios e da reserva técnica. Embora as obras de reforma e ampliação tenham transcorrido entre 2005 e 2006, depois da conclusão das atividades laboratoriais, as coleções que estavam armazenadas em vários locais externos, puderam ser convenientemente acomodados nos novos espaços. Foram acrescentados, ainda, ambientes para museu e aulas teóricas e práticas, criando condições para a implantação de pós-graduação em arqueologia.

No exercício da minha função como representante do Iphan por muitos anos, como membro de conselhos ou simplesmente como arqueólogo, dispendi esforços para que sítios fossem preservados. Participando do Conselho do Patrimônio Histórico e Artístico da Secretaria da Cultura do Paraná, propus o tombamento do Sambaqui do Guaraguaçu, em 1982, e das ruínas de Ciudad Real del Guayrá, em 2005; ambos foram efetivados.

Várias iniciativas, entretanto, não chegaram a bom termo. Com referência a Ciudad Real, local de excepcional importância histórica, científica e cultural, apesar do interesse da Prefeitura Municipal de Terra Roxa e o apoio de órgãos estaduais e federais, não se pôde ali implantar um pólo turístico-cultural. A proposta, elaborada por Eco-Paraná em 2002, com base no plano de manejo por nós efetuado em 1999, não foi acolhido pelo Ministério do Turismo, na época capitaneado por paranaense.

Em outro importante sítio arqueológico-histórico, a redução jesuítica de Santo Inácio Mini, parcialmente estudado durante o Projeto Arqueológico Rosana-Taquaruçu tentou-se, juntamente com a CESP, regularizar a sua situação fundiária uma vez que apenas parte de sua área encontrava-se protegida pela Lei nº 33/48. O compromisso da CESP, lavrado em ata no dia 14 de julho de 1992, compreendia a aquisição da parte não protegida e edificação de museu com espaços para laboratório e acomodação dos acervos resultantes das pesquisas realizadas no vale do rio Paranapanema. Os entendimentos mantidos com órgãos do Estado do Paraná arrastaram-se por vários anos e com a privatização da CESP, tornaram-se mais difíceis, não se concretizando.

A interrupção das escavações no sítio Tupiguarani existente na faixa residual do extinto Parque Nacional das Sete Quedas, em Guairá, iniciadas para a implantação de projeto de reconstrução de aldeia, representou mais uma decepção. Uma das bases de habitação daquele sítio foi escavada e um artista plástico de Guairá, Antonio

Augusto Sobrinho (Frei Pacífico), chegou a especializar-se na produção de réplicas dos recipientes cerâmicos que integrariam o espaço habitacional reconstruído. O museu ambiental, que ficaria ligado ao Eco-Museu de Itaipu, não sensibilizou as novas diretorias da entidade.

Os dados das pesquisas realizadas desde o início da década de 1960 foram, em parte, divulgados em periódicos do CEPA e de outras instituições. Relatórios técnicos e técnico-científicos também foram produzidos em função dos salvamentos, alguns deles publicados pelos seus promotores. Muito há, ainda, para ser divulgado.

